

FATALISMO MAIS QUE MUSSULMANO

Raul Pilla

PAÍS sem remédio seria este, se houvesse de continuar prevalecendo a argumentação de certos jornais, paradoxalmente contrários aos sistema político que, por sua sensibilidade ao influxo da opinião pública, elevaria a imprensa realmente a categoria de quarto poder do Estado. Tem explicação o fato, mas não pretendo por ora tocar nela.

Vejamos, pois, quais são, segundo o autorizado «Jornal do Brasil», os «Enganos do Parlamentarismo». Começemos pelo fim.

«O Brasil — diz o editorial — encheu-se de crises e esta afogado em dificuldades de toda ordem, não por culpa do presidencialismo, mas por outros motivos bem mais profundos.

«Se apenas com a técnica parlamentarista pudesse ele desenvolver-se dos males que o acometeram, não haveria ninguém que não fosse a favor dessa forma de governo, mas este resultado é incerto e, na dúvida, será melhor ficar como estamos, evitando correr o risco de mais uma aventura política».

Diz o articulista não ter o presidencialismo culpa nenhuma nesta plenitude de crises, em que nos estamos afogando, e caber ela a outros motivos bem mais profundos. Muito bem. Deixemos de lado os motivos mais profundos, que são incontestáveis. Por exemplo: a crise moral. Mas, há quantos anos está funcionando o presidencialismo neste país? Há quase sessenta e sete anos. E foi durante este período, justamente, que se foram acumulando aquelas causas profundas, a que se refere o articulista. É assim evidente que o sistema não funcionou bem, ou não funcionou de todo, porque, do contrário, tais causas teriam sido evitadas, removidas, ou corrigidas. Não há como negar o papel que, na formação da profunda crise atual teve o nosso pessimo sistema de governo. A não ser que o articulista prefira atribui-la a total incapacidade do povo brasileiro, tese, aliás, que o nosso passado histórico desmente.

Mais desconcertante é, porém, a conclusão a que ele chega. Se houvesse certeza de que a reforma parlamentarista desse certo, ninguém lhe seria contrário. Mas, sendo isto duvidoso, será melhor evitar o risco de mais uma aventura política.

Em primeiro lugar, é falso que a volta a um sistema político já praticado com bons resultados no passado seja uma aventura política. Aventura, desastrosa, foi a adoção do sistema presidencial em 1889. Em segundo lugar, concedendo que algum risco envolvesse a reforma, recusá-la equivaleria a deixar morrer inapelavelmente o doente, por não haver absoluta certeza de que a operação cirúrgica ou o medicamento heróico dessem o desejado resultado. Seria este um fatalismo mais que muçulmano.